

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA
CURSO DE PSICOLOGIA**

**CAROLINE GIOVANNA DE ALMEIDA
MARIA EDUARDA PAIVA QUARESMA
MARIANA LAYSLA SANTOS GONÇALVES**

**IMPACTOS COGNITIVOS EM ADOLESCENTES ACOLHIDOS
INSTITUCIONALMENTE**

**CONTAGEM
2023**

**CAROLINE GIOVANNA DE ALMEIDA
MARIA EDUARDA PAIVA QUARESMA
MARIANA LAYSLA SANTOS GONÇALVES**

**IMPACTOS COGNITIVOS EM ADOLESCENTES ACOLHIDOS
INSTITUCIONALMENTE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade Una de Contagem como requisito
parcial para a obtenção do título de bacharel em
Psicologia.

Orientador: Prof. Gustavo De Val Barreto.

**CONTAGEM
2023**

COGNITIVE IMPACTS ON INSTITUTIONALLY PLACED ADOLESCENTS

IMPACTOS COGNITIVOS EM ADOLESCENTES ACOLHIDOS INSTITUCIONALMENTE

Caroline Giovanna de Almeida **SOUZA**¹

Maria Eduarda Paiva **QUARESMA**²

Mariana Laysla Santos **GONÇALVES**³

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão da literatura com o objetivo de analisar os impactos cognitivos em adolescentes residentes em abrigos. Para isso, foram utilizadas bases de dados eletrônicas, tais como Pepsic, Newpsi, Scielo, Google e Google Acadêmico com os termos de busca “abrigos”, “adolescentes”, “cognição”, “fatores de risco e proteção”, “psicologia do desenvolvimento” e “impactos cognitivos”. Foram selecionados 14 estudos publicados entre 2002 e 2023 que atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos. Os resultados mostram que a instabilidade residencial e as experiências adversas na infância podem ter efeitos negativos sobre o desenvolvimento cognitivo dos adolescentes residentes em abrigos. Por outro lado, os estudos apontam que o suporte psicossocial, a intervenção precoce e um ambiente acolhedor podem ter um impacto positivo sobre o desenvolvimento cognitivo desses adolescentes. Os resultados indicam que suporte adequado e ações que promovam estabilidade residencial são importantes para melhorar o desenvolvimento cognitivo de adolescentes em abrigos.

Palavras-chave: abrigos; adolescente; cognição; desenvolvimento; risco.

¹ Acadêmicas do curso de Psicologia da Instituição de Ensino Superior (IES) da rede Anima Educação. Artigo apresentado ao Centro Universitário UNA - Contagem como requisito parcial para obtenção do título de Psicóloga, sob orientação do Gustavo De Val Barreto.

² Acadêmicas do curso de Psicologia da Instituição de Ensino Superior (IES) da rede Anima Educação. Artigo apresentado ao Centro Universitário UNA - Contagem como requisito parcial para obtenção do título de Psicóloga, sob orientação do Gustavo De Val Barreto.

³ Acadêmicas do curso de Psicologia da Instituição de Ensino Superior (IES) da rede Anima Educação. Artigo apresentado ao Centro Universitário UNA - Contagem como requisito parcial para obtenção do título de Psicóloga, sob orientação do Gustavo De Val Barreto.

Abstract: This article presents a literature review aiming to analyze the cognitive impacts on adolescents residing in shelters. Electronic databases such as Pepsic, Newpsi, Scielo, and Google Scholar were utilized, using search terms such as "shelters," "adolescents," "cognition," "risk and protective factors," "developmental psychology," and "cognitive impacts." 14 studies published between 2002 and 2023 that met the established inclusion criteria were selected. The results show that residential instability and adverse childhood experiences can have negative effects on the cognitive development of adolescents residing in shelters. On the other hand, the studies indicate that psychosocial support, early intervention, and a nurturing environment can have a positive impact on the cognitive development of these adolescents. The results suggest that adequate support and actions promoting residential stability are important for improving the cognitive development of adolescents in shelters. exposure to the perpetrator and the weakening of public services and actions combating domestic violence. This is evidenced by high rates of violence and homicide against women by their partners during the period of social isolation.

Keywords: adolescent; cognition; development; risk; shelters.

O contexto de institucionalização de adolescentes é uma problemática que está presente na realidade brasileira. De acordo com Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (2023), existem 31.885 crianças e adolescentes, destes, 13.884 possuem idade entre 12 e 16 anos e vivem o período da adolescência. Os dados mostram ainda que existem 33.790 pretendentes disponíveis para adotar, porém, apenas 339 desejam acolher adolescentes que vivem nos 6.220 abrigos espalhados pelo país.

A estrutura dos abrigos, a falta de recursos humanos e material financeiro, compromete a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos que de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são: o direito à dignidade, à alimentação adequada, à educação, à saúde, ao lazer e à convivência familiar conforme informado pelo autor, Almeida (2017). Os efeitos de um contexto como esse, com altos fatores de risco e uma escassez nos fatores de proteção, podem interferir em diversos aspectos na vida desses indivíduos. Segundo Zappe, Dell'Aglio, Morais Raffaelli e Koller (2016/2012) os fatores de risco quando presentes na vida de uma

pessoa, da família, de determinadas comunidades ou culturas, impactam negativamente no percurso do desenvolvimento dos envolvidos, pois impedem o desenvolvimento psicológico e social e expõem as pessoas a condições de subalternidade.

Um dos aspectos que pode sofrer grandes impactos está relacionado às funções executivas, que segundo Vasconcelos, Ferreira e Costa (2018), podem ser entendidas como um conjunto de processos cognitivos que se interagem na realização de comportamentos intencionais. Assim, a partir dos pressupostos teóricos sobre a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (1995), de considerações sobre o processo de abrigamento, sobre o período da Adolescência e sobre o ECA, busca-se discutir os impactos cognitivos em adolescentes que vivem em contexto de abrigamento, buscando ainda ser base para futuras discussões sobre esse tema.

Método

Foi realizada uma revisão da literatura sobre os principais impactos cognitivos em adolescentes residentes em abrigos. A busca foi feita utilizando as seguintes bases de dados: Pepsic, Newpsi, Scielo, Google Acadêmico. Para efetuar a busca, foram combinadas as seguintes palavras-chave nos idiomas português: (“abrigos”, “adolescentes”, “cognição”, “fatores de risco e proteção”, “psicologia do desenvolvimento” e “impactos cognitivos”) no campo assunto. Nos achados iniciais, foi identificado um total de 14 artigos. Os Critérios de inclusão foram: 1) discorrer sobre o processo de abrigamento institucional, 2) descrever o processo de adolescência e fatores de risco, 3) compreender o modelo bioecológico de Bronfenbrenner, 4) abordar o processo de desenvolvimento cognitivo em adolescentes, 5) compreender se os aspectos cognitivos podem ser impactados nos adolescentes no contexto de abrigamento. Foi conduzida uma primeira análise através da leitura dos títulos dos trabalhos, considerando os critérios de inclusão e exclusão. Por fim, 14 artigos foram lidos na íntegra e selecionados para compor a amostra deste estudo. Todos os estudos foram publicados a partir do ano de 2002 com linguagem em português e inglês.

Resultados

Após análise e leitura dos artigos, foram encontrados 14 artigos que atendem o objetivo deste estudo. O conteúdo de cada material analisado está dividido de acordo com os seguintes ângulos: autor, data e tema, conforme demonstra a Tabela 1.

Autor	Data	Tema
Anamélia Lins e Silva Franco; Ana Cecília de Sousa Bastos	2002	Um olhar sobre o Programa de Saúde da Família: a perspectiva ecológica na psicologia do desenvolvimento segundo Bronfenbrenner e o modelo da vigilância da saúde
Aline Cardoso Siqueira; Débora Dalbosco Dell'Aglio	2006	O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura
Nina Rosa do amaral Costa; Maria Clotilde Rossetti Ferreira	2008	Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes
Michele Poletto; Sílvia Helena Koller	2008	Contextos ecológicos promotores de resiliência, fatores de risco e proteção
National Library Of Medicine	2008	A Social Neuroscience Perspective on Adolescent risk-Taking (Uma perspectiva da neurociência sobre a assunção de riscos na adolescência)
Teresa Helena Schoen-Ferreira; Maria Aznar-Farias; Edwiges Ferreira de Mattos Silveiras;	2010	Adolescência através dos séculos
Leandro Rozin; Ivete Palmira Sanson Zagonel;	2012	Fatores de risco para dependência de álcool em adolescentes
Vanda Valle de Figueiredo Ferreira; Patricia Mattos Caldeira Brant Litting; Renata Goltara Liboni Vescovi	2014	Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de futuro após situação de rua
Tânia Gaspar; Margarida Gaspar de Matos;	2015	"Para mim é Fácil": Escala de avaliação de competências pessoais e sociais
Amanda Cristina Ribeiro da Costa; Lília Iêda Chave Cavalcante	2018	Fatores de risco no desenvolvimentos e nas relações de amizade de adolescentes em acolhimento institucional
Jessica Daniele Silva Moreira; Monilly Ramos Araujo Melo; Alanny Nunes de Santana; Carla Alexandra da Silva Moita Minervino	2019	Desenvolvimento das funções executivas em adolescentes em conflito com a lei: uma revisão sistemática
Nina Rosa do Amaral Costa; Maria Clotilde Rossetti-Ferreira;	2019	Acolhimento Familiar: Uma Alternativa de Proteção Para Crianças e Adolescentes

Alex Sandro Gomes Pessoa; Renata Maria Coimbra	2020	Fatores de Risco no Contexto de Adolescentes Envolvidos no Tráfico de Drogas
Natália Soares Teixeira Costa;	2020	Notas introdutórias acerca da discussão sobre a imputabilidade penal de adolescentes considerando as contribuições da neurociência

Discussão

Breve contexto sobre o modelo bioecológico de Bronfenbrenner

O modelo bioecológico proposto pelo autor Bronfenbrenner (1979/1996) contribuiu para uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento humano. Em 1999, Bronfenbrenner, desenvolveu a teoria chamada de modelo bioecológico, tendo como objetivo, explorar o desenvolvimento do indivíduo diante de uma relação entre a própria pessoa e o ambiente ao qual está inserida (1999). Assim, a teoria leva em consideração os eventos e mudanças que ocorrem na vida do indivíduo, os papéis e as atividades rotineiras dessa pessoa e o impacto delas em seu desenvolvimento geral. Além disso, considera o meio em que está inserido.

Segundo (Bronfenbrenner, (1995) o desenvolvimento humano é compreendido através de um complexo processo de interações proximais que promove esse desenvolvimento através de quatro componentes principais: as características pessoais, o contexto, o processo e o tempo.

O componente pessoa refere-se às características biopsicológicas do indivíduo e as que são constituídas através da interação com o ambiente, conforme dito por Bronfenbrenner e Morris (1998). Assim, no modelo bioecológico, está relacionado com a estabilidade e mudanças psicológicas durante toda a vida desse indivíduo de acordo com Bronfenbrenner e Morris (1998)

De acordo com Bronfenbrenner (1995), a concepção de contexto ou ambiente pode ser entendida em quatro níveis. O primeiro, denominado microssistema, se dá desde o nascimento ao longo da vida do indivíduo, no qual é estabelecido naquele ambiente relações caracterizadas com um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais. Posterior, o mesossistema é constituído nas relações que os membros das díades (relação de duas pessoas) que compõem o microssistema vivenciam no mesmo ambiente que todos os demais. O terceiro nível conhecido como exossistema,

no qual a pessoa não participa ativa de um ou mais ambientes, porém acontecem eventos que afetam ou são afetados devido ao que ocorre no ambiente no qual a pessoa está inserida. O último nível é caracterizado por uma referência à consistência cultural na forma e no conteúdo dos sistemas anteriores, esse denomina-se macrossistema conforme dito por Bronfenbrenner (1994, pp.18 e 21)

O processo é o principal ponto para o desenvolvimento, sendo caracterizado pelas recíprocas interações do indivíduo com os demais, e os objetos e símbolos que estão presentes no ambiente inserido, de acordo com Bronfenbrenner e Morris (1998). Os processos proximais são as diversas formas de interação e relação que esse indivíduo possui e podem determinar a trajetória de vida de maneira a inibir ou facilitar a expressão de suas habilidades nos domínios cognitivo, social e emocional.

O quarto componente do modelo é a análise do tempo que deve dar foco para o homem em relação aos acontecimentos presentes em sua vida, dos mais próximos aos mais distantes, como grandes eventos históricos. Bronfenbrenner e Morris (1998) mostram que as mudanças ao longo do tempo nos quatro atributos de um modelo ecológico são tanto o produto quanto o agente da mudança histórica.

A abordagem ecológica do desenvolvimento humano proposta por Bronfenbrenner (1996) é extremamente importante por permitir que o desenvolvimento seja compreendido de forma contextualizada e que considere a interação dinâmica de quatro dimensões descritas. Segundo estudos feitos com grupos de diferentes contextos, isso evita erros comuns na compreensão da evolução populacional, principalmente nos casos em que as populações estão expostas a fatores de risco, segundo os autores Huston, McLoyd, Coll e Jessor, (1994/1993).

Acolhimento Institucional

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o processo de acolhimento é uma intervenção social que visa proteger crianças e adolescentes em situação de risco, proporcionando-lhes cuidados e um ambiente seguro fora do ambiente familiar inadequado, sendo assim, é uma medida protetiva excepcional utilizada para garantir a proteção integral e a dignidade de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, quando não há outra medida possível de proteção em meio familiar ou comunitário. Ao afirmar que "a família é a base da sociedade" (art. 226 e 227) e que a criança ou adolescente tem direito à "convivência familiar e

comunitária", a Constituição Federal (1988) reforça o papel da família na vida da criança e do adolescente como elemento fundamental dentro do processo de proteção integral e como parceira do Estado nessa proteção.

Contudo, também, segundo o (ECA), a estrutura dos abrigos e a falta de recursos humanos e financeiros comprometem a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos, nesse sentido, é necessário investir recursos e esforços na melhoria da estrutura e dos recursos dos abrigos, a fim de garantir a proteção integral e a dignidade dessas pessoas, assegurando seus direitos e promovendo o desenvolvimento saudável e o pleno exercício da cidadania.

No Brasil, o abrigamento em instituições constituiu-se historicamente na modalidade de proteção mais utilizada para crianças retiradas de sua família por negligência, violência, abandono ou orfandade segundo o autor, Baptista, Fonseca e Justo (2006/1995/1997) ou seja, seria uma medida protetiva excepcional, utilizada quando não há outra forma de proteger a criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade em seu meio familiar ou comunitário. O objetivo é garantir a proteção integral e a dignidade dessas pessoas. Essa medida é importante para assegurar o direito à convivência familiar e comunitária e deve ser acompanhada de ações que visem à reintegração da criança ou adolescente à sua família ou a adoção, quando isso for possível. Além disso, é fundamental que as instituições de acolhimento ofereçam um ambiente acolhedor e propício ao desenvolvimento e proteção dos direitos desses dessas crianças e adolescentes.

Contudo, deve-se considerar também, que a realidade do processo de abrigamento contém suas fragilidades. Fonseca (2004) afirma que com a insuficiência de políticas públicas adequadas, o abrigo ainda funciona como um "colégio interno" para crianças pobres, quando suas mães vivenciam o esgotamento dos recursos financeiros e de sua rede social de apoio, isso impacta diretamente a qualidade dos abrigos, prejudicando a oferta de serviços essenciais, como alimentação adequada, acesso à educação, atendimento médico e psicológico, e atividades de lazer e recreação, com isso podemos considerar que a falta de recursos humanos e material financeiro, compromete diretamente a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos. Essa situação torna-se preocupante, uma vez que os abrigos deveriam ser um local de proteção e cuidado para essas pessoas em situação de vulnerabilidade. A falta de recursos pode afetar a qualidade do atendimento oferecido,

prejudicando o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dessas crianças e adolescentes. Além disso, a ausência de estrutura adequada pode dificultar a reintegração familiar ou a adoção, que são medidas fundamentais para o bem-estar dessas pessoas. Portanto, é necessário que sejam investidos recursos e esforços na melhoria da estrutura e dos recursos dos abrigos, a fim de garantir a proteção integral e a dignidade das crianças e adolescentes acolhidos, assegurando seus direitos e promovendo o desenvolvimento saudável e o pleno exercício da cidadania.

A precariedade dessas instituições impacta diretamente a qualidade dos serviços oferecidos, dificultando o pleno desenvolvimento cognitivo, emocional e social dessas crianças e adolescentes. Além disso, a falta de recursos pode prejudicar a reintegração familiar ou a adoção, que são medidas essenciais para seu bem-estar. Portanto, é imperativo que sejam direcionados investimentos e esforços na melhoria da estrutura e dos recursos dos abrigos, visando garantir a proteção integral, a dignidade e o pleno exercício da cidadania das crianças e adolescentes acolhidos.

Adolescência e fatores de risco

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o período da adolescência está entre a faixa etária dos doze aos dezoito anos de idade, através da Lei 8.069/90. Já no campo acadêmico, científico e até mesmo em outras organizações, muitas são as teorias que se divergem ao se definir a faixa etária desse período.

Conforme enfatizado por Steinberg (2008) a adolescência é uma fase de transição marcada por mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais, durante esse período os adolescentes experimentam o desenvolvimento da identidade, a busca de independência e a exploração de novas experiências, sendo assim, podemos considerar que é uma fase importante para a construção da identidade e da autonomia, mas, também pode ser marcada por conflitos, incertezas e vulnerabilidades. Nesse período, os jovens passam por um processo de descoberta de si mesmos e do mundo ao seu redor, experimentando novas emoções, relacionamentos e desafios. É importante compreender que ocorrem também as mudanças biológicas que influenciam na impulsividade no comportamento dos adolescentes, como apresentado por Casey (2008), durante a adolescência, especialmente o córtex pré-frontal dorsolateral e o córtex cingulado anterior, passa

por mudanças significativas, o que pode afetar o desenvolvimento do controle emocional, sendo assim, região do cérebro responsável pelo controle das emoções e comportamento ainda não está completamente desenvolvida nessa fase da vida. A imaturidade do cérebro do adolescente tem levantado questões sobre o grau com que os adolescentes podem ser razoavelmente considerados legalmente responsáveis por seus atos, segundo autores Steinberg e Scott (2003).

A prevenção de situações de risco é fundamental neste momento para evitar que adolescentes sejam expostos a violências, negligências e outras formas de vulnerabilidade. Segundo Gaspar e Matos (2015) os fatores de risco são definidos como eventos negativos que ocorrem ao decorrer da vida de um indivíduo, que se inclinam em aumentar a probabilidade de apresentar problemas emocionais, físicos ou sociais é possível envolvimento em vivências de risco. Normalmente os fatores de risco são divididos em grupos pelos autores Gaspar; Matos, Sierra, Mesquita, e Tomé (2015/2006), sendo eles: a) Riscos ligados à família (alcoolismo, violência doméstica, abuso sexual e entre outros.); b) Riscos pertencente ao lugar onde residem; c) Riscos situados à saúde e d) Os próprios riscos dos indivíduos, como personalidade e comportamento que podem levá-los ao uso de drogas, envolvimento em situações ilegais. Além disso, os fatores de risco também podem variar com base em características comuns na adolescência, como alguns comportamentos antissociais. (uso de drogas, comportamento delinquente, comportamento sexual de risco), baixa perspectiva de futuro para si, amizades com comportamentos de risco, amigos são mais influentes que os pais nesse período, baixa autoestima, entre outros, conforme dito pelos autores Alves, Dell'aglio e Jessor (2015/1995).

Como forma de proteção, o acolhimento institucional deve ser entendido como uma medida temporária e utilizada como transição para a reintegração familiar ou para a colocação em família de acolhimento. De acordo com as especificações técnicas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Brasil, 2009), os serviços devem fornecer atendimento inclusivo, com estratégias diferenciadas para necessidades individuais e acompanhados por profissionais. Além disso, esses serviços devem ser multidisciplinares buscando a conexão com as políticas de saúde, educação, esporte, lazer e cultura. Dessa forma, são diversos os contextos que devemos levar em consideração no âmbito da adolescência.

Desenvolvimento Cognitivo

De acordo com Vasconcelos, Ferreira e Costa (2018), as funções executivas (FE), podem ser entendidas como um conjunto de processos cognitivos que se interagem na realização de comportamentos intencionais. Esse comportamento permite o impulso para o desempenho nas atividades diárias, planejando decisões imediatas como escolher palavras para formar frases e a longo prazo como por exemplo, atingir um objetivo.

Diamond (2013) afirma que o desenvolvimento dessas funções se dá de maneira sequencial: memória de trabalho, seguido do controle inibitório e por fim a flexibilidade cognitiva. A memória de trabalho é a primeira a aparecer e consiste no armazenamento e manipulação de informações das memórias de curto e longo prazo, já o controle inibitório permite o comando de ações diante de predisposições adaptativas a situações de conflito e por fim, a flexibilidade cognitiva atua diretamente na geração de alternativas em situações que se faz necessária uma solução, conforme sinalizado pelos autores Browne, Nardi e Seruca (2016/2012).

Os desenvolvimentos dessas funções executivas se dão a partir do desenvolvimento infantil até a adolescência, onde ocorre uma importante especialização dessas FE'S, prolongando-se até a vida adulta, quando as habilidades são estabilizadas e por fim vem o declínio diante ao envelhecimento, segundo autores Diamond, Barnett, Thomas, Munro, Hasher, Zacks, Kray e Luna, (2007/1988/2006/2009).

É possível observar que o período da adolescência é um importante período nesse processo de desenvolvimento, por se tratar de uma fase em que os conflitos internos, sociais e familiares são constantes e podem se estender para diversos outros contextos como por exemplo de adolescentes em situação de abrigo.

Esses prejuízos nas funções executivas têm sido associados a uma série de dificuldades no funcionamento cognitivo e comportamental. Essas dificuldades podem incluir problemas de atenção, dificuldades na tomada de decisão, impulsividade, falta de flexibilidade cognitiva e dificuldades no planejamento e organização das tarefas, conforme dito pelo autor, Diamond (2013).

Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que o acolhimento institucional desempenha um papel fundamental na proteção e no cuidado de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade quando não há outra medida possível de proteção em meio familiar ou comunitário, conforme autores, Pessoa e Coimbra (2020). No entanto, a efetivação dos direitos dessas pessoas acolhidas é comprometida pela estrutura dos abrigos e pela falta de recursos humanos e financeiros, como cita o (ECA). É necessário que o Estado, em parceria com a sociedade, promova a implementação de políticas públicas adequadas e direcionadas a esse contexto, a fim de assegurar o direito à convivência familiar e comunitária, proporcionando um ambiente acolhedor, com acesso a serviços essenciais e oportunidades para um desenvolvimento saudável e promissor. Somente assim será possível atender às demandas desses indivíduos e construir uma sociedade mais justa e inclusiva para as gerações futuras.

Diante das considerações apresentadas sobre a adolescência e os fatores de risco, fica evidente que esse período da adolescência é marcado por transformações significativas e pela busca pela identidade e autonomia, conforme enfatizado por Steinberg (2008), é também, uma fase de conflitos, incertezas e vulnerabilidades, influenciada por mudanças biológicas que impactam o controle emocional dos adolescentes.

A prevenção de situações de risco se mostra crucial nesse momento, pois, Segundo Gaspar e Matos (2015) esses fatores de risco possuem grande influência negativa no decorrer da vida de um indivíduo, então, essa prevenção tem como intuito evitar que os jovens sejam expostos a violências, negligências e outras formas de vulnerabilidade. Os fatores de risco, que podem ser agrupados em diferentes categorias, conforme frisado pelos autores Gaspar; Matos, Sierra, Mesquita e Tomé (2006/2015) aumentando a probabilidade de problemas emocionais, físicos, sociais e com base nos estudos apresentados, é possível constatar que adolescentes inseridos em contextos de acolhimento, podem sofrer forte influência no seu desenvolvimento cognitivo, principalmente por estarem diante a esses fatores de risco, assim como o envolvimento em vivências de risco.

Nesse sentido, o acolhimento institucional desempenha um papel fundamental como uma medida temporária, servindo como uma transição para a reintegração familiar ou para a colocação em famílias de acolhimento. Esses serviços devem ser

inclusivos, oferecendo estratégias diferenciadas para atender às necessidades individuais dos adolescentes e serem conduzidos por profissionais multidisciplinares. Além disso, é importante buscar a integração com políticas nas áreas de saúde, educação, esporte, lazer e cultura.

Conclui-se, portanto, que a adolescência requer uma abordagem abrangente, priorizando a prevenção de riscos e a proteção dos jovens. É necessário investir em políticas públicas efetivas e direcionadas, garantindo acesso a serviços de qualidade e oportunidades para que os adolescentes possam desenvolver-se de maneira saudável, segura e autônoma. A pesquisa, a educação e a constante melhoria das práticas nesse campo são essenciais para promover um ambiente propício ao crescimento e ao pleno desenvolvimento dos adolescentes, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

Em suma, o desenvolvimento das funções executivas desempenha um papel crucial no comportamento intencional e no desempenho diário das pessoas, conforme dito pelo autor, Monteiro (2021). Durante a adolescência, um período caracterizado por conflitos e desafios, entende-se que os adolescentes em situação de abrigo podem enfrentar prejuízos nas funções executivas, especialmente nas habilidades de atenção seletiva, memória de trabalho e flexibilidade cognitiva.

De acordo com Diamond (2013), esses prejuízos podem impactar negativamente o desempenho escolar e a capacidade de planejamento e execução eficiente de tarefas. Essas dificuldades nas funções executivas estão associadas a uma série de desafios cognitivos e comportamentais, como problemas de atenção, dificuldades na tomada de decisão, impulsividade e dificuldades na organização das tarefas. Portanto, é fundamental reconhecer a importância do desenvolvimento saudável das funções executivas e fornecer apoio adequado aos adolescentes em situação de abrigo, a fim de promover seu funcionamento cognitivo e comportamental positivo.

De forma geral, pôde-se concluir que os adolescentes acolhidos institucionalmente, por todas as abordagens apresentadas nesse estudo, não têm um ambiente propício a um bom desenvolvimento cognitivo, ou seja, visto todas as interferências mencionadas, que se iniciam na institucionalização e abrange a questões sociais e do estado, há essa clareza de que essas falhas existentes prejudicam o desenvolvimento cognitivo desses adolescentes, que caso o contrário, se funcionasse de maneira mais eficaz, teríamos resultados mais positivos.

Constatamos também, a dificuldade de encontrar dados e pesquisas mais atuais voltadas e com foco real no impacto na cognição em adolescentes acolhidos institucionalmente, tivemos que recorrer de várias abordagens, exemplificando todo o contexto que possa interferir no âmbito da cognição e tentar relatar de forma geral alguns aspectos cruciais conforme citamos anteriormente, utilizando de dados relevantes existentes. No entanto, é fundamental reconhecer que o conhecimento é uma jornada contínua e que a ausência de dados recentes não invalida as informações existentes. É importante aproveitar as fontes disponíveis, mesmo que não sejam as mais atualizadas, e promover esforços contínuos para estimular a pesquisa e a produção de dados relevantes para sustentar o progresso e a compreensão nesta área do conhecimento.

Referências

BRASIL. CASA CIVIL. (org.). LEI Nº 8.069. **Dispõe Sobre O Estatuto da Criança e do Adolescente e Dá Outras Providências.**, [s. l], p. 1-2, 13 jul, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm#art266> Acesso em: 16 jun. 23.

Franco, A. C. S, & Franco, A. L. S. **Um olhar sobre o Programa de Saúde da Família: a perspectiva ecológica na psicologia do desenvolvimento segundo Bronfenbrenner e o modelo da vigilância da saúde.** Psicologia em Estudo, 2002 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/q6hV3VjGNh8nPzKS58wMqLN/?lang=pt>> Acesso em: 05 mai. 23.

Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. Psicologia & Sociedade; 18 (1): 71-80, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/Bn9x93pDbChZvrGwTvghPLn/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 04 mai. 23.

Costa, N. R. A. **Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes.** Ministério Público do Paraná, agosto, 2008. Disponível em:

<<https://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/Acolhimento-familiar-uma-alternativa-de-protecao-para-criancas-e-adolescentes>> Acesso em: 05 mai. 23.

Poletto, M & Koller, S. H. **Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção**. Estudos de Psicologia (Campinas), 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/DycNK6BKd8jJmr5rmJk8P9D/>> Acesso em: 09 mai. 23.

National Library Of Medicine. **A Social Neuroscience Perspective on Adolescent Risk-Taking**, 2008. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2396566/> Acesso em: 09 mai. 23.

Costa, N. R. A., & Ferreira, M. C. R. **Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/247852758_Acolhimento_familiar_uma_alternativa_de_protecao_para_criancas_e_adolescentes> Acesso em: 07 mai. 23.

Ferreira, T. H. S., Farias, M. A & Silvaes, E. F. M. **Adolescência através dos séculos**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ptp/a/MxhVZGYbrsWtCsN55nSXszh/>> Acesso em: 07 mai. 23.

Rozin, L., & Zagonel, I. P. S. **Fatores de risco para dependência de álcool em adolescentes**. Acta Paulista de Enfermagem, 2012. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ape/a/tj3WSXCxBgNy7CVqYCrKYfw/?lang=pt>> Acesso em: 07 mai. 23.

Ferreira, V. V. F., Littig, P. M. C. B. & Vescovi, R. G. L. (2014). **Crianças e adolescentes abrigados: Perspectiva de futuro após situação de Rua**. Psicologia e Sociedade, 26(1), 165-174, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/P4bNjpmNVFhGstQ844D4Hxn/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 05 mai. 23.

Gaspar, T., & Matos, M. G. (2015). **“Para mim é fácil”: escala de avaliação de competências pessoais e sociais**. Psicologia Saúde e Doenças; 16(2), 199-211, EISSN - 2182-8407, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/362/36242128006.pdf>> Acesso em: 07 mai. 23.

Costa, A. C. R. & Cavalcante, L. I. C. **Fatores de risco no desenvolvimento e nas relações de amizade de adolescentes em acolhimento institucional**. Pretextos, Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, março, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/16016>> Acesso em: 16 jun. 23.

Moreira, J. D. S. et al. Melo, M. R. M. et al. Santana, A. N. et al. Minervino, C. A. S. M. **Desenvolvimento das funções executivas em adolescentes em conflito com a lei: uma revisão sistemática**. Revista Neuropsicologia Latinoamericana ISSN 2075-9479 Vol 11. No. 1. 38-47, 2019. Disponível em: <https://www.neuropsicolatina.org/index.php/Neuropsicologia_Latinoamericana/article/view/429/254> Acesso em: 09 mai. 23.

Pessoa, A. S. G. & Coimbra, R. M. **Fatores de Risco no Contexto de Adolescentes Envolvidos no Tráfico de Drogas**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020000100007> Acesso em: 09 mai. 23.

Costa, N. S. T. **Notas introdutórias acerca da discussão sobre a imputabilidade penal de adolescentes considerando as contribuições da neurociência**. Revista do Instituto Ciências Penais, 2020. Disponível em: <<http://www.ricp.org.br/index.php/revista/article/view/2/139>> Acesso em: 09 mai. 23.

Lamarca, L. D. **Desenvolvimento cerebral durante a adolescência e o impacto para os transtornos psiquiátricos e abuso de drogas: uma revisão de escopo**. Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/directbitstream/034222a9-3073-4293-a128-e81e9fd79d80/3066794.pdf>> Acesso em: 09 mai. 23.

Sistema Nacional de Acolhimento e Adoção, 2023 Disponível em:

<<https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=currsel&select=clearall>> Acesso em: 16 mai. 23.